

ASSEMBLEIA

ATENÇÃO PADs, PEBs I e II, EDIs e EQUIPES TÉCNICAS!

21/08 - QUARTA - 19H

NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS (ANA COSTA, 55, VILA MATHIAS)

PAUTA: ATRIBUIÇÃO DE AULAS DE 2020

Chegou a hora de pensar na atribuição de aulas do ano que vem. Chegou a hora de começar a nossa organização para reivindicar melhorias no processo e evitar os problemas identificados na escolha das aulas em 2019 e em anos anteriores.

Para debatermos o que queremos e como reivindicamos o cumprimento por parte da Seduc, o SINDSERV Santos convoca todos os PADs, PEBs I e II, EDIs e Equipes Técnicas para a assembleia dia 21/08, às 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55 - Vila Mathias).

É importante que neste momento em que todos estarão reunidos, os profissionais tragam já elencadas todas as providências que a Secre-

taria precisa implementar para impedir que antigos problemas voltem a ocorrer e que novos erros apareçam.

A meta é um processo de atribui-

ção organizado, justo e transparente, sem os conflitos que no passado trouxeram problemas na substituição de Equipes Técnicas, na atribuição de carga, nos projetos diversos

e na ampliação de aulas.

Para garantir respeito aos profissionais da Educação que todos os anos passam por isso, não tem outro jeito: é organização e participação.



NÃO PODEMOS ESQUECER DA FAMIGERADA PORTARIA 95

No processo de atribuição do ano passado, o Governo tirou da cartola uma portaria com artigos que penalizavam professores adjuntos em afastamento por qualquer motivo (licença gestante, tratamento de saúde...), exceto acidente de trabalho. Publicada em 12 de

novembro de 2018, a Portaria 95 trouxe prejuízos e muita angústia.

Parte do ataque foi revertido, após pressão dos servidores e após o Sindicato entrar na Justiça, mas o governo recorreu e a questão continua em disputa na

Justiça.

É importante não darmos chances para o governo repetir afrontas desse e de outros tipos no processo de escolha de aulas para 2019. A vacina para isso é a mobilização de todos desde já.

CONTINUA A LUTA POR CONCURSO DE EQUIPE TÉCNICA E PELA PROMOÇÃO DOS ADJUNTOS



Por não esmorecermos na luta, esse ano ocorreu um avanço na promoção dos professores adjuntos. O governo publicou um cronograma de promoções e cumpriu esse compromisso. Porém, existem mais vagas

a serem preenchidas.

É bom frisar que não se trata de favor da administração. O avanço foi fruto de muita pressão e organização da categoria. Além das promoções, o governo PROMETEU (finalmen-

te) realizar um concurso de acesso aos cargos de Especialistas I, II e III ainda no segundo semestre desse ano. Já não era sem tempo!

É preciso que todos os servidores da educação fiquem atentos e se

disponham a participar dos futuros atos de cobrança desses compromissos.

O prefeito, que enche a boca ao falar que Santos é uma “Cidade Educadora”, tem por obrigação, ainda que tardiamente, garantir a evolução desses professores. Alguns esperaram por até 12 anos para subirem na carreira. Com esta promoção o governo está apenas repondo outros professores que se aposentaram, faleceram ou saíram da Prefeitura. É o mínimo que se espera!

Como começou

Tudo isso só saiu depois de muita pressão dos Professores Adjuntos inscritos no concurso

de Promoção para PEB I e II e no concurso anterior, que o Governo deixou caducar (em outubro de 2017), mesmo tendo a necessidade de preencher a carência de profissionais.

Além disso, o número de vagas anunciado está muito abaixo do real quadro de falta de PEBs nas escolas. E não é só. É preciso que o Governo realize as nomeações de novos servidores do último concurso (janeiro de 2019) e também que chame o concurso interno de Especialistas (Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Assistente de Direção, Diretor e Supervisor de Ensino) para cobrir a falta hoje de mais de

130 profissionais.

Faz tempo

Lá se vão cinco anos desde o último concurso para Equipe Técnica. O certame ocorreu em 2014 e a vigência acabou em 25 de fevereiro de 2016, quando já era bastante evidente o buraco provocado pela falta de planejamento e demora em chamar os profissionais para assumirem os cargos ofertados.

Mas isso tudo só será realizado se continuarmos mobilizados! Vamos ficar em cima para que o restante das necessárias promoções virem realidade, para que o concurso para Especialista ocorra antes do final do ano e, assim, mais promoções de PADs ocorram depois.



LUTA DAS/OS COZINHEIRAS/OS CONTINUA

A mobilização das cozinheiras e cozinheiros por criação de cargos, concurso, melhores condições de trabalho e contra a terceirização das cozinhas no Estado segue viva.

Juntas e juntos vamos continuar a cobrar do Governo respostas a todas essas reivindicações. Os rumores de que o governo estaria elaborando edital a fim de contratar uma empresa terceirizada para os serviços nas cozinhas das escolas estaduais só ganha força.

Trata-se de um retrocesso, que impactaria não só as servidoras cedidas para o Estado como as que estão atuando nas UMEs.

O SINDSERV Santos questionou a Secretária de Educação e o Secretário de Gestão para esclarecer a questão e as

respostas não convenceram. Fomos em julho, novamente, ao gabinete do secretário Cacá Teixeira e o que vimos foi mais enrolação.

de não confirmar e nem negar a suposta terceirização em mais de 70 postos de trabalho de 22 escolas estaduais, estão fazendo pior: admitem que o cargo de cozinheiro não consta na lista para o próximo concurso, a ser aberto ainda este mês. Como então sanar o déficit na rede municipal com os trabalhadores que estão se aposentando ou que foram readaptados?

Todos esses fatores só reforçam a intenção de uma futura extinção do cargo.

Com tantas interrogações e levando em conta que a prática deste governo tem sido sempre a de passar por

- FALTA DE FUNCIONÁRIOS;
- CONDIÇÕES DE TRABALHO.



cima dos direitos e interesses dos servidores, não dá para contar com a sorte. É preciso au-

mentar a mobilização e a pressão já!

A terceirização destes postos de trabalho e

a falta de concurso para o setor poderá interferir de forma negativa nas outras lutas da categoria.

São elas: a reclassificação de nível, as 30 horas e a melhoria nas condições gerais de trabalho.

CONTRA A AMPLIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO, VIA OSCs

Enquanto as creches e escolas de Educação Infantil estão em estado precário (inclusive as inauguradas recentemente), o prefeito Paulo

Alexandre Barbosa abre edital para dar ainda mais dinheiro para entidades do chamado "terceiro setor" cuidarem do Ensino Fundamental e

atividades complementares.

Foi publicado no D.O. do último dia 5 de julho, um edital para credenciamento de organizações da sociedade civil (OSCs), com o objetivo de firmar termos de fomento para atender 1.000 crianças.

Só no ano de 2019, o prefeito gastará R\$ 65,2 milhões com a terceirização da Educação Infantil (creche, pré-escola, atividades complementares) e com atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência. Conforme dados do Portal da Transparência, o Município

conta com 66 termos de fomento em vigência. A cada ano esse número aumenta.

Atualmente, mais de 11 mil alunos, que deveriam estar matriculados em unidades municipais, estão sendo atendidos em creches e pré-escolas mantidas por associações e entidades conveniadas. Lá atuam profissionais com vínculos de trabalho precários, salários menores e menor capacitação.

Estamos às vésperas de um ano eleitoral e a decisão de ampliar a terceirização nas atividades complementares e Ensino Fundamental só piora

mais o cenário. Mais grana da educação sendo destinada para terceiros, menos fiscalização da aplicação do dinheiro e menos concurso público para o setor.

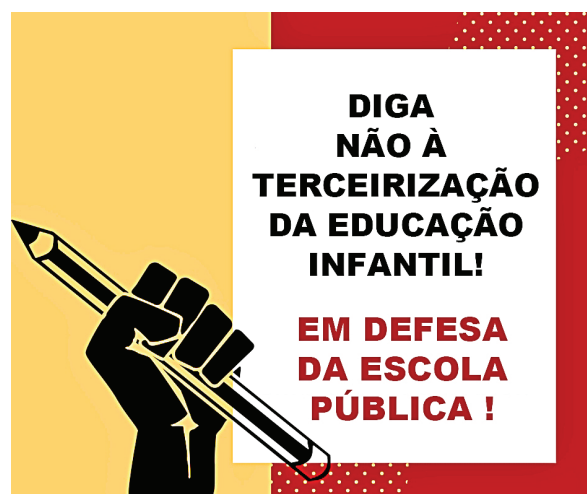
Sabemos que o Programa Escola Total e todas as outras modalidades de terceirização na educação trazem riscos de vários tipos.

Via de regra, este tipo de parceria com o chamado "terceiro setor" serve como curral eleitoral, com muitos funcionários indicados por medalhões da política santista, a serviço do "toma lá dá cá eleitoral".

Ao mesmo tempo, o

Governo se desobriga a investir na rede própria, e cada vez mais as condições de trabalho para funcionamento das escolas piora. Para o município, aumenta a sensação de que tudo o que é público é ruim.

Esse é primeiro passo de um caminho ainda mais desastroso: colocar empresas na rede de Ensino do município, como aconteceu com as UPAs na saúde, comandadas por organizações sociais (OSs) cheias de processos e acusações de mau uso do dinheiro público e cujos serviços são fortemente reprovados pelos usuários.



FUNÇÃOÁRIOS:

GARANTIA DE RECESSO, FIXAÇÃO E REMOÇÃO TEM QUE SER LEI PARA TODOS

A luta por Recesso Escolar, Remoção e Fixação de Sede são reinvidicações históricas dos funcionários das UMEs e continuam na pauta de mobilizações desse setor numeroso da categoria dos servidores municipais.

Sabemos que esses direitos, uma vez implementados, não trazem aumento de gastos para os cofres municipais. Pelo contrário! São só pontos positivos. As garantias oficializadas em lei trarão a valorização merecida, refletindo diretamente na qualidade

dos serviços prestados e no grau de satisfação dos munícipes.

Por muitos anos, os servidores garantiram o direito ao recesso escolar somente após mobilização e de forma pontual, por meio de portarias. Já passou da hora desse benefício estar

previsto em Lei, para que não dependa, ano após ano, da boa vontade do prefeito e do secretário de educação do momento.

No caso da Remoção/Fixação, trata-se de um pleito dos funcionários de escolas desde 2013.

ADICIONAL DE TITULARIDADE: SERVIDORES NÃO RECUAM CONTRA RETIRADA DE DIREITOS

Durante o recesso de julho, ficou clara a necessidade da categoria de reagir com mais força ao ataque do governo contra o adicional de titularidade.

Depois de mais uma rodada de conversa cheia de enrolação com o secretário de Gestão, Cacá Teixeira, os servidores decidiram em assembleia, realizada no dia 25, construir as condições para ampliar nossa capacidade de luta para evitarmos perdas e avançarmos nas conquistas.

Um dos encaminhamentos para isso foi a criação de uma comissão com membros da categoria e do SINDSERV, que criará mecanismos de pressão junto ao governo, montará estratégias de comunicação e ampliação da mobilização dos trabalhadores.

Oficiamos o Governo e estamos dando sequência a um calendário de encontros desse grupo de trabalho.



O que mudou na fala do Governo?

Houve um recuo do prefeito em relação à gratificação envolvendo graduações. O secretário informou que, nesse caso, o adicional fica mantido para o servidor estável, mesmo que em área distinta da função que exerce. Antes o Governo tinha a disposição de acabar também com essa possibilidade.

A mudança no discurso veio depois das mobilizações dos servidores, com atos no

Paço e na Câmara.

No entanto, o fato do secretário ter prometido que o prefeito voltará atrás neste ponto não muda em nada a nossa necessidade de ampliar a luta. Nada foi documentado e há ainda muitos pontos do projeto que, se virarem lei, trarão perdas.

Sabemos que os vereadores não vão pestanejar na hora de mostrar fidelidade ao prefeito, votando contra os interesses

dos trabalhadores. Por isso, a ordem é elaborar o anteprojeto da categoria, aumentar a participação dos servidores nos futuros atos e fazer pressão para que a Câmara não faça nada enquanto durarem as conversas com o Executivo.

A titularidade é um direito conquistado com mobilização e só será mantido com a luta da categoria! Participe da Comissão, ajude a divulgar os próximos passos e mobilize seu colega de trabalho!

Servidores na Luta



(13) 9 9179-0838
13. 3228.7400
sind_serv@uol.com.br
www.sindservsantos.org.br
f/SindservSantos
sindservsantos



Av. Campos Sales, 106, Vila Nova - Santos/SP - CEP 11013-401

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos - Especial EDUCAÇÃO